

A FOME DISCRETA E OS ESPAÇOS DAS DESIGUALDADES

Ana Elisa Rodrigues Pereira*

A fome acompanha a humanidade há muito tempo. Porém, se antes ela era fruto de hecatombes, rigores climáticos, ou guerras onde milhares de pessoas pereceram, transformando-se num grande espetáculo, atualmente ela é mais do que qualquer outra coisa, fruto da organização sócio-espacial dos homens. E hoje, a fome avança no mundo todo.

Além disto a fome mudou seu caráter, se tornando menos perceptível. Atualmente morre-se muito mais discretamente. A pobreza banal, a má-nutrição silenciosa, as carências alimentares invisíveis são, talvez, mais mortais que os grandes acidentes que nos incomodam de vez em quando. A fome ultrapassa a calamidade.

O presente trabalho, é uma tentativa de compreender a ocorrência desta **fome discreta** no Brasil, que, segundo dados da FAO (Fundação Mundial para Agricultura e Alimentação - ONU), afeta quase 67% da população brasileira.

Mas no mundo atual, onde as relações se tornaram internacionais, o estudo sobre a fome no Brasil, não poderia deixar de envolver considerações numa escala mais ampla, isto é, a escala mundial, pois a globalização das relações significa o distanciamento, cada vez maior, entre a **ordem** (decisão) e a **produção**, sendo assim, não poderíamos compreender totalmente a fome existente no Brasil, sem antes tratarmos da problemática da fome ao nível mundial.

Vários estudos, como os da FAO e de outros autores, demonstram que, a produção agrícola mundial vem aumentando sua produtividade de forma espantosa, em todos os países do mundo, com exceção da África negra, e que em termos mundiais, a quantidade de alimentos disponíveis é suficiente para proporcionar a todo mundo uma dieta adequada, todos teriam o que comer, senão em abundância, ao menos normalmente.

Se em 1900 a Terra possuía 1,6 bilhões de habitantes e produzia 600 milhões de toneladas de cereais, em 1990 ela possuía 5,2 bilhões de habitantes e produzia 1,8 bilhões de toneladas de cereais. O que significa dizer que a produção agrícola e a população mundial praticamente triplicaram.

No Brasil, por exemplo, de 1945 à 1980 a produção agrícola é o dobro da taxa de crescimento populacional.

Mas então, se não há **escassez real** de alimentos, ou seja, se existe alimentos para todos, como entender a fome contemporânea?

O que acontece é que o alimento, elemento indispensável à sobrevivência humana, foi transformado em **mercadoria** impondo a **criação da escassez** e o desigual acesso ao alimento. O que caracteriza o **valor** de uma mercadoria, é sem dúvida, uma idéia de relatividade, idéia esta que não poderia existir sem uma relativa escassez, visto que esta última é a insuficiência da quantidade existente, em relação a quantidade demandada.

Podemos afirmar que a fome, neste fim de século, não tem mais como causa principal a insuficiência de comida, sua causa principal reside no desigual acesso aos recursos disponíveis. O faminto de hoje, vive num mundo de fartura.

A escassez de alimentos, especulativamente produzida no presente, atende à racionalidade do mercado, hoje globalizado, e assume toda a perversidade por trás das

* Pós-graduanda em Geografia. Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.

relações de exploração, base sobre a qual se estrutura a reprodução material das sociedades, que pouco a pouco tomou o mundo, desde, pelo menos, a Revolução industrial, na passagem do século XVIII ao século XIX.

Isto nos permite falar numa economia de mercado mundializada e no caráter inumano e imoral destas relações, através do jogo entre necessidade por um lado, e a busca do lucro, por outro.

Podemos, então, dizer que a fome contemporânea é o resultado “perverso” da globalização.

O atual período é caracterizado por relações globalizadas, cada vez mais determinantes da produção do espaço local. Este novo padrão de produção do espaço estabelece um distanciamento tempo/espaço no que concerne às decisões que afetam o local, e a centralização de tais decisões em alguns poucos lugares (tecnicamente preparados), lugares estes emissores de ordens (relativas à produção e distribuição) submetendo locais e regiões a interesses que os transcendem.

O comportamento dos subespaços do mundo subdesenvolvido está geralmente determinado pelas necessidades das nações que estão no centro do sistema mundial, e só pode ser percebida, estudando-se os lugares onde ocorrem os processos de globalização. Vamos portanto, agora, tentar verificar as conseqüências destes processos, em território brasileiro e como estes provocam a chamada **fome discreta**.

Mas, antes de continuarmos, vamos esclarecer de que fome estamos exatamente tratando.

A fome, como já vimos, mudou seu caráter, e no sentido atual, fome significa a falta de quaisquer dos quarenta ou mais elementos nutritivos indispensáveis à manutenção da saúde. Essa falta ocasiona morte prematura, embora não acarrete, necessariamente, a inanição por falta absoluta de alimento.

Vamos desenvolver o sentido para a fome contemporânea, partindo do conceito proposto por Josué de Castro, em 1952, no seu livro “Geopolítica da fome”, onde ele já observava que existem vários “tipos” de fome:

1 - entre aqueles que, cotidianamente, são insuficientemente nutridos, sub-alimentados, ou des-nutridos, quer dizer, têm acesso à uma alimentação variada mas em uma quantidade insuficiente para repor toda a energia gasta por eles em um dia de trabalho, chamaremos esta fome de **FOME QUANTITATIVA**.

2 - entre aqueles que, habitualmente, possuem uma alimentação suficiente, mas desequilibrada, são os sub-nutridos, ou seja, a qualidade de comida ingerida não é adequada, faltam alimentos que possuem elementos importantes para um crescimento normal, esta fome será chamada de **FOME QUALITATIVA**.

No Brasil, as maiores vítimas dessa fome discreta são os trabalhadores assalariados, que são os que estariam, teóricamente, protegidos da fome, segundo as leis do Salário Mínimo. E para detectarmos esta fome discreta entre os trabalhadores brasileiros, vamos trabalhar com o custo de uma Cesta Básica em relação ao Salário Mínimo, ou seja, qual a percentagem do Salário Mínimo utilizada pelo trabalhador para a aquisição de alimentos.

É possível observar uma perda contínua do poder de compra do Salário Mínimo, que nos dias atuais resulta em um nível tão baixo de remuneração que mal dá para a alimentação de uma pessoa, e não podemos esquecer que o trabalhador tem outros gastos, como saúde, habitação, transporte, vestuário, etc, o que implica, na maioria dos casos, sacrificar a alimentação para poder comprar os outros produtos e bens de serviços, também essenciais.

A queda do poder aquisitivo do Salário Mínimo, apesar de ocorrer praticamente desde sua criação, não aconteceu de forma constante. Analisando-se a porcentagem do Salário

Mínimo gasta para se adquirir uma Cesta Básica, desde a sua criação até os dias atuais, podemos observar que o poder aquisitivo do Salário Mínimo sofreu quedas repentinas e abruptas em determinados anos. O tempo entre uma queda e outra representam períodos históricos que possuem “fomes” específicas, correspondente à organização espacial de cada um desses períodos.

Assim, teremos dois grandes períodos. O que vamos denominar de 1º Período, vai da Criação do Salário Mínimo em 1939 à 1964, quando os militares assumem o governo brasileiro. Neste primeiro período, é possível constatar entre os trabalhadores, dois tipos de fome. A primeira se dava nas Regiões Norte e Nordeste do país até final da década de 40, e segundo os estudos realizados por Josué de Castro, a fome existente, era imposta pela monocultura latifundiária.

Esta fome que atingia, em 1939, 26,6%² dos trabalhadores assalariados, se constitui na denominada **FOME QUALITATIVA**.

Porém, devido ao apoio dado pelo governo, a agricultura voltada para o abastecimento interno começa a crescer. No período que vai de 1945 até o Golpe Militar em 1964, a produção de feijão, por exemplo, dobrou, e assim, boa parte dos brasileiros pôde gozar de relativa fartura à mesa.

Por ter a agricultura de consumo interno se tornado, durante este período, cada vez mais diversificada, os trabalhadores assalariados tiveram acesso a uma alimentação nutricionalmente mais equilibrada do que anteriormente.

Mas nada disto resolveu o problema da fome. Cada vez mais pessoas tinham acesso a uma alimentação mais diversificada, porém em quantidade insuficiente. Se em 1939, era 26% (219.032 pessoas) dos trabalhadores assalariados a passar fome, em 1960 essa situação se agrava, aumentando para 42,61% do total de trabalhadores (48.828.654 pessoas) a sofrer as consequências da fome denominada de **FOME QUANTITATIVA**.

A partir de 1964 até os dias atuais, durante o 2º período, ocorreram muitas mudanças que vão influir diretamente no padrão de consumo alimentar e no acesso aos alimentos. Na década de 60, a mulher foi incorporada à força de trabalho familiar, os incentivos governamentais serão voltados para a agricultura de exportação, prejudicando a agricultura de consumo interno, vão surgir as primeiras indústrias de transformação de alimentos, e o desenvolvimento tecnológico e industrial ganhará um incentivo maior do que nunca por parte do Estado.

Tudo isto influencia o padrão de consumo alimentar, há um predomínio de produtos elaborados e transformados.

Diminui-se o consumo de pão, feijão e arroz, laranja e banana, para se comer macarrão, leite, ovos, carne suína e carne de aves, o que provoca uma dieta ligeiramente desequilibrada.

O apoio do governo à agricultura de exportação, fará com que alguns produtos como a soja e a laranja, na década de 60, e a cana-de açúcar, o trigo e novamente a laranja na década de 70, tomem o lugar da produção de alimentos para o abastecimento interno. Assim a agricultura de exportação vai crescer, entre 67 e 79, à taxa formidável de 8,1% ao ano; enquanto que os produtos da nutrição popular (arroz, feijão e mandioca, principalmente), cresceram apenas 0,9% ao ano.

Tudo isto porque o Estado visava se tornar mais competitivo nos mercados internacionais, necessitando então se modernizar.

Esta modernização, almejada pelo Estado, significa, na verdade, produzir com insumos industriais e máquinas, articular-se com indústrias processadoras, com canais de exportação e produzir cada vez mais cientificamente.

Assim, segundo Milton SANTOS (1994:51-52), “o meio geográfico em via de constituição (ou reconstituição) tem uma substância científico-tecnológico-

informativa. Não é nem meio natural, nem meio técnico. A ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais). É a cientificização e a tecnificação da paisagem. Os espaços assim requalificados atendem sobretudo a interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade, e assim são incorporados plenamente às correntes de globalização.”

Estas mudanças ocorridas no território nacional vão interferir nos padrões de consumo alimentar dos trabalhadores, que se virão obrigados a se adaptar aos alimentos disponíveis. Os dez alimentos que irão compor a cesta básica neste período são: arroz, pão, óleo, açúcar, feijão, carne, leite, ovos, frango e macarrão. O conjunto destes alimentos formam uma nutrição desequilibrada, pois fornecem mais proteína do que caloria.

O mercado mundial de produtos agrícolas - fator importante na determinação da dinâmica da agricultura brasileira - sofreu, da década de 80 em diante, significativas mudanças. O acirramento do protecionismo agrícola nos EUA e na CEE, a crise da dívida externa, a crescente instabilidade dos mercados, a redução dos preços e a queda da demanda mundial, atingiram, duramente, os produtos brasileiros de exportação. Isto implicou, no plano interno, na redução dos subsídios concedidos à agricultura. Porém a política agrícola visa ainda a exportação de produtos agrícolas, e, assim, mais uma vez, durante a década de 80, vemos o cultivo de alimentos para abastecimento interno crescer bem menos que os produtos voltados à exportação. A área de cultivo de produtos exportáveis cresceu, entre 1980 e 1988, cerca de 16%, enquanto que a de alimentos, cresceu, para o mesmo período, apenas 3%.

Novamente, os produtos que mais expandiram suas áreas de cultivo foram, entre 86 e 88, a cana-de-açúcar (55%), a laranja (38%), o algodão (26%), o trigo e a banana (21%), enquanto que a mandioca e a batata tiveram suas maiores quedas, -12,5% e -9%, respectivamente.

Porém desde 1982, houve uma queda vertiginosa do poder aquisitivo, que resultou na perda quantitativa e qualitativa do consumo alimentar como nunca visto antes.

E, até 1993, os trabalhadores que ganhavam até **dez** salários mínimos, o que corresponde à 90,76% do total de trabalhadores, o que corresponde a aproximadamente 60 milhões de pessoas, não tiveram condições de se alimentar adequadamente, e sofreram as conseqüências da **FOME QUANTITATIVA** e da **FOME QUALITATIVA**.

Mas num mundo onde é possível alimentar a todos os seres humanos, a fome existente se torna um escândalo cada vez maior. As preocupações sobre a fome, levantadas por Josué de Castro, na primeira metade deste século, se tornam mais graves a medida que o tempo passa, pois além de atingir um número maior de pessoas, a fome possui atualmente um outro caráter, talvez muito mais perverso, porque se tornou discreta, atingindo sobretudo os trabalhadores assalariados.

A fome diz respeito ao indivíduo e também à humanidade como um todo e, neste aspecto coletivo, a fome constitui um dos problemas, senão o problema crucial, da humanidade neste fim de século.

Eliminar a fome significa uma melhor distribuição de renda, significa produzir alimentos com o fim único de abastecer as mesas de todos os seres humanos, sem especulação, sem fins lucrativos, utopias que parecem cada vez mais difíceis de se conseguir, porque são mudanças profundas no pensar e no agir de atores hegemônicos, que não querem perder o poder e a riqueza que possuem.

Para nós significa, sobretudo, apreender os processos que viabilizam e mantêm a criação da escassez tanto da terra quanto dos alimentos.

O entendimento das relações entre espaço e movimentos sociais, é também um ponto fundamental para se caminhar em busca da construção do conhecimento como contribuição à realização dessa utopias.

Portanto, o conhecimento das espacializações, das geografias da desigualdade, dos seus processos, passam a ser importantes para uma ação transformadora que busca uma sociedade mais justa e mais humana. E hoje, mais do que nunca esse conhecimento se torna importante, na medida em que os lugares racionalizam-se e especializam-se na produção de alimentos, que atendem, exclusivamente, as demandas do mercado global, acirrando ainda mais as desigualdades sócio-espaciais. A geografia assume, então, um papel fundamental na análise social e na construção do futuro.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo, **O que é Fome**. Abril Cultural e Brasiliense, São Paulo, 1985.

BESSIS, Sophie. **L'Arme Alimentaire**. Mapero, Paris, 1979.

_____. **La faim dans le monde**. Éditions La Découverte. Paris, 1991.

CASTILLO, Ricardo Abid. **Interpretações sobre o conceito de escassez para o estudo de “geografia, perversidade e globalização” (a globalização perversa: a fome e a pobreza)**, mimeo, 1995.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Brasiliense, 5ª edição, São Paulo, 1957.

_____. **Geopolítica da Fome**. Ed. Casa do Estudante do Brasil, São Paulo, 1959.

_____. **Geografia da Fome**. Brasiliense, São Paulo, 1946.

MIRANDA NETO. **A Expropriação dos Alimentos**. Achiamé, Rio de Janeiro, 1985.

_____. **Os Lucros da Fome**. Achiamé, Rio de Janeiro, 1982.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. Nobel, São Paulo, 1992.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio-técnico científico-informacional**. Hucitec, São Paulo, 1994.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1984.

SOUZA, Maria Adélia A. de. “Geografias da Desigualdade: Globalização e Fragmentação”. In: **Território: Globalização e Fragmentação**. ANPUR, São Paulo, 1994.

_____. “A Fome no Brasil e no Mundo. Fome, perversidade e globalização”. In: **Encontro Internacional “Lugar, Formação Socioespacial, Mundo”**, Departamento de Geografia-USP, ANPEGE, São Paulo, 1994.

TASCO, Adriana M.P., “Cesta Básica” in: **Revista Conjuntura Alimentos, número especial**, out/1991. São Paulo.

Notas

- 2- Para obter a porcentagem de trabalhadores assalariados sem condições de se alimentar adequadamente, se calculou quantos salários mínimos vigentes seriam necessários para atender todas as necessidades vitais dos trabalhadores, chegando a um salário mínimo ideal. Assim, para o ano de 1960, por exemplo, onde o salário mínimo vigente era de Cr\$ 9.400,00, o salário mínimo ideal equivaleria a Cr\$ 16.024,40. Concluímos, que os trabalhadores que recebiam até 1,8 salários mínimos, não tinham condições de se alimentar adequadamente.